

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
17 de junho de 2010 - Nº 183 www.sindipetrocaxias.org.br



CGU e TCU acolhem denúncia do Sindipetro Caxias

O Sindipetro Caxias protocolou, no último dia 23 de março, uma denúncia na Controladoria Geral da União (CGU) e no Tribunal de Contas da União (TCU) relativa ao fato de a Reduc possuir trabalhadores no Horário Administrativo (H.A) recebendo indevidamente adicionais próprios do Regime de Turno. A denúncia foi acolhida tanto pela CGU quanto pelo TCU, que mandaram a Petrobrás se adequar.

O Sindicato vinha, há mais de dois anos, tentando negociar com a gerência de RH da Reduc a necessidade de regularização do desvio de trabalhadores de Regime de Turno para o Regime Administrativo, com a manutenção dos adicionais. Propôs inclusive acordos de curta e longa duração para atender os interesses da refinaria, porém a gerência de RH ignorou tais propostas.

O Sindipetro Caxias inclusive chegou a levar o caso para a gerência de RH Corporativa, solicitando sua intervenção. O RH Corporativo informou que já tinha advertido o RH do Abastecimento e o da Reduc de que este tipo de movimentação fere o padrão da Petrobrás e se configura como um desvio. Mesmo assim, a gerência de RH da Reduc também ignorou o RH Corporativo e continuou praticando o desvio.

Neste ponto, cabe destacar alguns fatos que agravam ainda mais a situação dos desviados. Existem empregados há



mais de 15 anos recebendo adicionais do Regime de Turno trabalhando no H.A. A maioria dos antigos Técnicos de Operação (T.O) voltou para o Regime de Turno em 2007, ganhando 120% de aumento e, em seguida, muitos retornaram como desviados para o H.A. Um gerente setorial saiu da função e voltou para o Regime de Turno, mas acabou desviado para o H.A. Os antigos T.Os desviados começaram a contar no efetivo da unidade, sem estarem presentes, e passaram a dobrar no lugar dos turneiros de fato.

Mas a gota d'água que entornou o copo foi quando o gerente executivo do Abastecimento propôs ao Sindipetro Caxias a redução do número mínimo das unidades a fim de reduzir as horas extras e possibilitar o

treinamento dos empregados. Se o Sindicato concordasse com essa medida seria concedida a anistia dos punidos em janeiro último. Não houve acordo. O Sindicato disse que não aceitava essa condição para anistia dos punidos. Propôs o retorno dos trabalhadores desviados do Regime de Turno para aumentar o efetivo e então possibilitar os treinamentos, mas teve sua proposta recusada pela gerência.

Não restando alternativa, o Sindipetro Caxias protocolou denúncia à CGU e ao TCU sobre os desvios que ocorrem na Reduc, patrocinados pela gerência de RH. Agora, caberá à Petrobrás adequar os adicionais de cada regime de trabalho, sob pena de seus gerentes responderem a processo e, até mesmo, serem condenados por improbidade administrativa.

Continuação

Desviados do Regime Administrativo para o Turno. A recíproca é verdadeira. Alguns gerentes setoriais também desviam trabalhadores do Regime Administrativo para cobrir eventuais dobras no Regime de Turno. Isto ocorre frequentemente no Setor de Saúde Ocupacional, onde Técnicos de

Enfermagem do H.A são desviados para o turno, ganhando 08 horas como extra, mas sem receber o AHRA, o ATN e a hora extra da troca de turno.

Outro caso ainda mais grave foi quando a gerente de RH implantou um Técnico de Administração Sênior em Regime de Turno, ganhando todos os adicionais, e depois reclassificou esse empregado como Técnico de

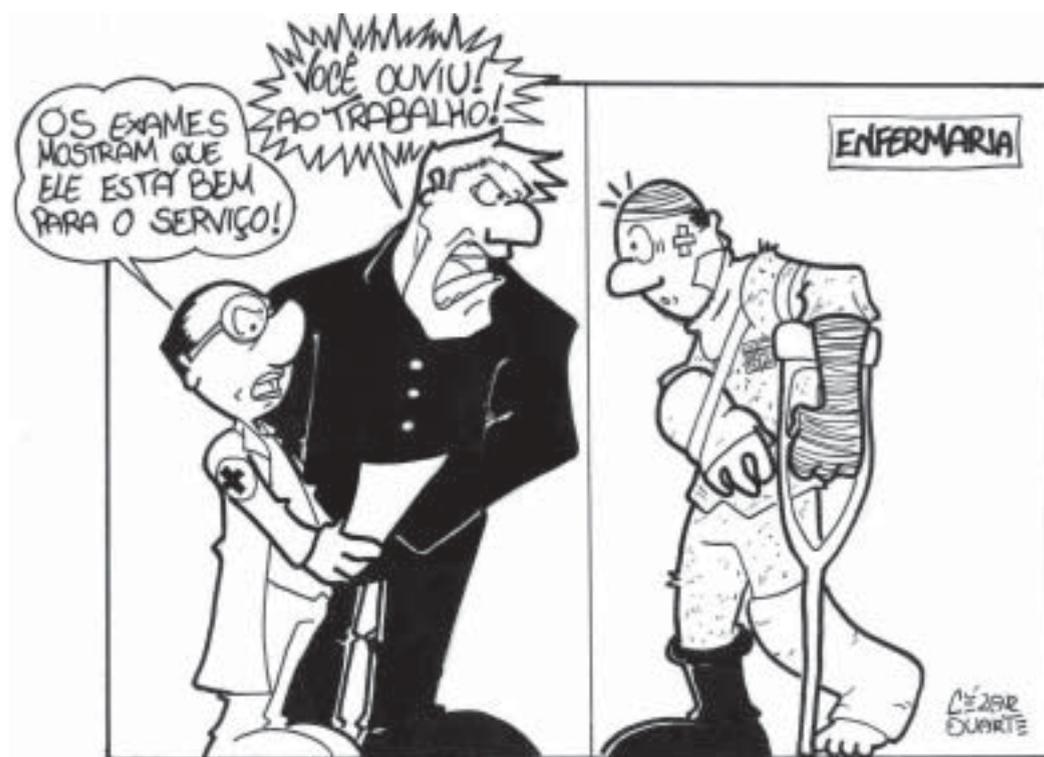
Operação Sênior. O Sindicato alertou, na época, que esta reclassificação era ilegal e contrariava a Constituição Federal. Mesmo assim a gerente de RH patrocinou o desvio e depois a reclassificação. Caso aquela gerência não reveja este caso, também será levada denúncia para a CGU e o TCU, por improbidade administrativa da gerente de RH.

Subnotificação de acidentes é falta de ética

O Sindipetro Caxias e o Ministério Público do Trabalho (MPT) não conseguem entender como a Petrobrás pode agir com tamanha falta de ética. No momento em que a petroleira se prepara para dar um salto tecnológico e explorar as riquezas do pré-sal, continua subnotificando acidentes de trabalho, numa atitude que não se coaduna com a grandeza da maior empresa da América Latina e que deveria servir de exemplo para as demais.

Prosseguindo na apuração da denúncia do Sindipetro Caxias relativa à subnotificação de acidentes na Reduc, o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu e ouviu as ponderações da direção do Sindicato em audiência na última sexta-feira, 11 de junho. A intenção do MPT é reabrir a Ação Civil Pública contra a Petrobrás a fim de prorrogar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2005, em que a empresa se comprometeu a não mais subnotificar acidentes de trabalho.

Um dos acidentes que o SMS da Reduc subnotificou ocorreu em fevereiro com um Técnico de Operação da gerência CB/HDT que se cortou com estilhaços do visor de uma das caldeiras da URE que explodiu. Pouco antes da audiência no MPT, o Sindipetro Caxias apurou que o médico que o atendeu por ocasião do



acidente caracterizou a lesão do empregado em seu prontuário. Ocorre que enganado pelo gerente de SMS da Reduc, o departamento jurídico da Petrobrás quase foi induzido a erro em petição que garantia que o médico não teria constatado a lesão. Pressionada pelos próprios advogados da empresa, a Reduc acabou informando ao Sindicato que iria emitir, ainda na sexta-feira, 11 de junho, a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) do empregado acidentado, mas até o momento não o fez.

O TAC firmado com o MPT prevê sanções à Petrobrás em caso de descumprimento do que foi pactuado, mas a pior punição é à imagem da

própria empresa que o Abastecimento insiste em denegrir, demonstrando não possuir a ética que afirma ter em sua publicidade. A Reduc vem sistematicamente subnotificando os acidentes de seus empregados próprios e contribuindo para a subnotificação dos acidentes das empresas terceirizadas. Tudo para que índices como, por exemplo, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA) fiquem dentro da meta e os gerentes possam “ficar bem na foto”. O objetivo do Sindipetro Caxias é acabar com essa vergonhosa política de SMS, para que a empresa possa efetivamente investir em prevenção de acidentes.

Sindicato pede novamente interdição do Laboratório da Reduc

Em Mesa de Entendimento na última segunda-feira, 14, convocada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Sindipetro Caxias voltou a pedir a interdição do Laboratório da Reduc. Os auditores fiscais ponderaram que a interdição é uma medida dura e de grande repercussão e decidiram dar mais um prazo para a empresa reformar as instalações. Ressaltaram, no entanto, que a refinaria será alvo de fiscalização permanente e qualquer ocorrência ou atraso no cronograma das obras será considerado risco grave e iminente, podendo ocorrer a interdição do Laboratório.

A reunião foi iniciada com o MTE descrevendo o histórico do problema. Há 07 anos a Reduc vem se comprometendo a reformar ou construir um novo Laboratório, mas até o momento nada foi feito. O Sindipetro Caxias destacou as péssimas condições ambientais causadas pela falta de renovação do ar e que os empregados frequentemente têm sentido falta de ar e dores de cabeça.

Em seguida, os gerentes da Reduc informaram o cronograma de obras ao MTE. A previsão da empresa é que até dezembro de 2010 os trabalhadores sejam transferidos para containeres, onde ficarão as instalações provisórias do Laboratório. Informaram também que já está em andamento a licitação para contratação da empresa que vai instalar os containeres ou módulos provisórios, com conclusão prevista

até o dia 10 de julho. A partir desta data serão iniciadas as obras no prédio do antigo SESMT para que o SMS/Saúde possa se transferir para lá também até o final do ano. Em janeiro de 2011 iniciam-se as obras de reforma do Laboratório com prazo de conclusão de 12 meses.

O MTE destacou que essa é a última oportunidade para a Reduc se adequar e que os auditores estarão na refinaria no próximo dia 13 de julho a fim de conhecer o projeto do novo Laboratório e colher evidências da destinação dos recursos para as obras. Neste mesmo dia, irão verificar também se foram atendidas as recomendações decorrentes da fiscalização ocorrida na empresa nos dias 10 e 11 de maio últimos, inclusive o registro do risco benzeno no ASO dos empregados, conforme determina a NR-07, relativa ao PCMSO, e a NR-15, que diz respeito ao benzeno. O MTE vai multar seguidamente a Reduc enquanto esta não registrar o risco benzeno no ASO dos empregados listados no PPEOB.

O Sindipetro Caxias mencionou ainda que no dia 06 de maio, um trabalhador do Laboratório manuseava uma amostra de produto contendo H₂S em uma capela quando passou mal e teve que ser atendido no SMS/Saúde, onde permaneceu por algum tempo no balão de oxigênio. A refinaria alegou que não houve lesão e não registrou o acidente do empregado, limitando-se a abrir um Registro de Tratamento de Anomalia – RTA.

Por não reunir condições ambientais de trabalho e oferecer riscos à saúde e segurança de seus empregados, o Sindicato informou ao MTE que não concorda com os novos prazos dados para a reforma e reiterou seu pedido de interdição imediata do Laboratório da Reduc.

Contaminação. Na quinta-feira, 10 de junho, o Sindipetro Caxias foi chamado pelos empregados ao Laboratório para verificar uma possível contaminação do ar por produtos químicos, que estaria prejudicando a saúde dos trabalhadores. O Sindicato constatou um forte cheiro de hidrocarboneto no local e conversou com os gerentes da Otimização e do SMS que decidiram abrir um RTA para analisar o caso.

Conversando com os trabalhadores o Sindicato verificou que vários sentem dores de cabeça, irritação na pele e na vista frequentemente e vão ao Setor de Saúde Ocupacional buscar apoio. No entanto, a única orientação dos médicos é: “Tome um comprimido para dor de cabeça e volte ao trabalho”.

O Laboratório da Reduc tem vários problemas estruturais e o mais grave é a falta de aparelho de ar condicionado que faça a renovação do ar conforme preconiza a norma. O Sindicato vem lutando pela reforma do Laboratório e no dia 13 de julho o Ministério do Trabalho e Emprego efetuará nova fiscalização na Reduc para verificar o cumprimento do cronograma de obras.

Filie-se ao Sindipetro-Caxias

Acesse: www.sindipetrocaxias.org.br

Aposentadoria especial: Sindicato aperta o cerco

Começaram a surtir efeito as denúncias que o Sindipetro Caxias fez ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Receita Federal relativas ao benzeno. Em fiscalização realizada nos dias 10 e 11 de maio últimos, o MTE multou a refinaria por não discriminar nos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de seus empregados o risco benzeno, conforme determina a NR-07. Por sua vez, o MPT recomendou especial atenção da Receita Federal para a falta de recolhimento ao INSS da contribuição adicional relativa à aposentadoria especial. A Receita Federal já está se mobilizando para fiscalizar a Reduc. O MPT está abrindo Ação Civil Pública para apurar as



irregularidades e irá pedir uma perícia nas unidades da refinaria. É o Sindicato apertando o cerco para recuperar um direito dos trabalhadores retirado em 1998 pelo governo FHC.

O Sindipetro Caxias vem denunciando insistentemente o PPEOB da Reduc ao MTE e ao MPT

com o objetivo de garantir a aposentadoria especial dos trabalhadores expostos ao benzeno. Ainda nesse sentido, o Sindicato denunciou à Receita Federal que, embora possua 350 trabalhadores nos GHEs relativos ao benzeno, a Reduc vem recolhendo para o INSS a contribuição adicional relativa à aposentadoria especial de apenas 04 empregados. Para a Receita Federal a exposição ao benzeno é qualitativa. A empresa tem que fazer o recolhimento adicional para o trabalhador que está exposto a qualquer concentração do benzeno. São novos passos que estão sendo dados a fim de garantir a aposentadoria especial para todos os que trabalham diretamente com hidrocarbonetos.

NOTA

Distribuição de cartilhas

O Sindipetro Caxias irá distribuir aos trabalhadores da Reduc e do Tecam, a partir da próxima semana, uma cartilha com o Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011 do sistema Petrobrás. A cartilha inclui a carta compromisso da empresa e o texto integral do Acordo Coletivo vigente.

Acordo Coletivo
de Trabalho
2009-2011

Sindipetro-Caxias
Petrobrás



**Reduz
pra 40**
que o Brasil aumenta

40 horas
semanais já

